

09 a 13 de julho de 2019

Câmara dos Deputados

Plenário da Câmara (10 a 12/09): Aguarda-se a leituras de 2 Medidas Provisórias que trancam a pauta do Plenário: MP 885 (bens apreendidos do tráfico de drogas) e 887 (prorrogação de contratos da Aeronáutica).

CESP da Reforma da Tributária (10/09, às 14h30): Será realizada audiência pública para debater o federalismo no âmbito da Reforma (PEC 45/19). Foram convidados representantes da Receita Federal, Comsefaz, Secretaria de Fazenda de São Paulo, CNM e Frente Nacional dos Prefeitos. Foram apresentadas 54 Emendas. O relator, dep. Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), sinalizou que poderá propor a desoneração da folha e alterações no IR

Comissão de Defesa do Consumidor (11 e 12/09):

11/09, às 10h:

- **Req. 62/19, do dep. Celso Russomanno (Republicanos-SP)**
Solicita audiência pública para discussão do tema: "A medida da Anatel que proibiu a Fox de oferecer programação linear, diretamente ao usuário pela Internet". Dentre os convidados, destacam-se presidente da Anatel, representantes da **Abratel**, da **Abert**, e Daniel Barros, responsável pela gestão das operações da Claro.
- **REQ 67/19, do dep. Vinicius Carvalho (Republicanos-SP)**
Solicita audiência pública para debater o processo de liberação da faixa de frequência 3,5 GHz para implementação da tecnologia 5G no Brasil e a garantia de não interferência para o sinal de TVRO. São convidados representantes da **Abratel**, Anatel, MCTIC e SindiTelebrasil.
- **Req. 82/19, do dep. Jorge Braz (Republicanos-RJ)**
Sugere ao Presidente da República que o cargo de diretor presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), seja ocupado por candidato com experiência na área de Tecnologia da Informação e ligado ao tema de Defesa do Consumidor.
- **PL 5130/16, do ex-dep. João Arruda**
Altera o Marco Civil da Internet para assegurar como direito ao usuário a não suspensão do acesso a qualquer aplicação de internet pelo Estado. O relator, dep. Gustavo Fruet (PDT-PR), apresentou novo parecer favorável, com substitutivo que mantém a revogação das sanções de suspensão e proibição de atividades previstas no MCI.
- **PL 4336/16, da dep. Luiza Erundina (PSOL-SP)**
Assegura o direito de resposta ou retificação em defesa de grupos sociais sobre matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. O relator, dep. Cleber Verde (Republicanos-MA), apresentou substitutivo que equipara, para fins do direito de resposta, a internet e suas aplicações, incluindo as redes sociais, aos meios de comunicação.
- **PL 7347/17, do ex-dep. Lúcio Vale**
Fixa medidas de promoção do envelhecimento ativo. O relator, dep. Daniel Trzeciak (PSDB-RS), apresentou substitutivo que obriga meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento

12/09, às 10h:

- **Audiência Pública** sobre mudanças nas regras de direitos autorais, a requerimento do dep. Aureo Ribeiro (SD-RJ). Foram convidados: **Paulo Tonet (Abert)**, Mariana Valente (InternetLab), Felipe Neto (Youtuber) e representantes do Google, CGI.Br, Federação Internacional da Indústria Fonográfica e do ITS-Rio.

Comissão de Finanças e Tributação (11/09, às 10h):

- **PL 7309/10, do dep. Silas Câmara (Republicanos-AM)**

Determina às rádios e TVs destinarem 5 minutos da programação de 2ª feira para órgãos de segurança. O relator, dep. Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), apresentou novo parecer que retira a obrigatoriedade de exibição de programas entre as 20h e as 22h horas de 2ª feira

Comissão de Cultura (11/09, às 14h)

- **Req. 72/19, do dep. Alexandre Frota (PSDB-SP)**

Solicita a realização de audiência pública para debater e avaliar, o planejamento e as ações que serão tomadas e desenvolvidas pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania.

Senado Federal

Plenário do Senado (09 a 13/09): Serão realizados debates sobre a PEC da Reforma da Previdência (PEC 6/2019). Também foi pautada a PEC 133/19 (PEC Paralela da Previdência) que permite a Estados e Municípios a adoção das mesmas regras previdenciárias a serem aplicadas à União. Além disso, consta da pauta o requerimento de urgência, do senador Paulo Rocha (PT-PA), ao PLS 769/15, de autoria do senador José Serra (PSDB/SP), que restringe a propaganda e a publicidade de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Na sexta-feira, às 11h, será realizada sessão solene para comemorar os 50 anos do Jornal Nacional.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (10 e 11/09):

10/09, às 14h30:

- **Emendas ao PLC 79/016 (Novo Marco de Telecomunicações), do ex-dep. Daniel Vilela**

Altera a modalidade de licenciamento dos serviços de telecomunicações de concessão para autorização. A relatora, sen. Daniella Ribeiro (PP-PB), apresentou parecer aprovação de uma subemenda de redação e pela rejeição de outras 15 emendas de Plenário.

11/09, às 10h:

- **PL 3832/19 (SeAC), do sen. Vanderlan Cardoso (PP-GO)**

Elimina as restrições à concentração da propriedade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e produtoras e programadoras do SEAC. O relator, sen. Arolde de Olivera (PSD-RJ), apresentou parecer pela aprovação do projeto e da emenda 6, rejeitando as demais emendas.

- **PLS 246/18, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

Altera o Marco Civil da Internet para tratar sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet. A relatora, sen. Mara Gabrilli (PSDB-SP), apresentou substitutivo que altera a Lei da Ação Civil Pública para permitir o ajuizamento de ação contra notícias, matérias ou conteúdos falsos que atinjam interesses difusos ou coletivos por meio da Internet.

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (10/09, às 11h30):

- **PLS 354/18, de autoria da CPI dos Cartões de Crédito (2018)**

Determina que a publicidade de crédito deverá conter advertência, sempre que possível falada e escrita, sobre os riscos para as finanças pessoais decorrentes do endividamento por meio de cartão de ou cheque especial. O relator, senador Omar Aziz (PSD-AM), apresentou parecer pela aprovação.

- **PLS 332/15, da ex-sen. Vanessa Grazziotin**

Altera o Código de Defesa do Consumidor que classifica como abusiva a publicidade que reforce ou incite discriminação baseada em gênero. A relatora, sen. Mara Gabrilli (PSDB-SP), apresentou substitutivo que amplia o direito de proteção contra publicidade enganosa e abusiva que reforcem discriminações múltiplas e interseccionais baseadas em origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual, gênero, deficiência, e quaisquer outras formas de discriminação.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (11/09, às 9h):

- **PLS 410/17, do ex-sen. Hélio José**
Dispensa da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas rádios comunitárias. O relator, sen. Angelo Coronel (PSD-BA), apresentou parecer pela aprovação.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (12/09, às 09):

- **PLS 44/16, o do ex-sen. Cristovam Buarque**
Determina que o Poder Executivo deverá divulgar informações sobre pessoas desaparecidas nos intervalos da programação de emissoras de rádio e TV. O relator, sen. Telmário Mota (PROS-RR) apresentou parecer pela aprovação com 2 emendas.
- **PLS 155/17, do sen. Telmário Mota (PROS-RR)**
Determina que as empresas concessionárias de serviços públicos e as instituições financeiras estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de tradutores e intérpretes de Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência. O relator, sen. Flávio Arns (REDE/PR), apresentou substitutivo que assegura o atendimento em Libras em empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, podendo ser prestado por meio telemático.
- **PL 3706/19, do sen. Nelsinho Trad (PSD-MS)**
Altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para determinar que campanhas sociais, preventivas e educativas devem ser acessíveis à pessoa com deficiências. O relator, sen. Romário (PODE/RJ), apresentou parecer favorável com emenda que ajusta a ementa do projeto.

Congresso Nacional

CPMI das Fake News (10/09, às 14h30): Reunião para votação de requerimentos de oitivas de convidados/convocados.